

USOS E POSSE DA TERRA EM COMUNIDADES RURAIS NEGRAS: Um estudo de caso na Amazônia Oriental

Carlos Alberto de Souza Mascarenhas¹
Carla Joelma de Oliveira Lopes²
Mayre Dione Mendes da Silva Mascarenhas³

Resumo

As comunidades rurais negras na Amazônia ou comunidades quilombolas organizam-se constantemente em torno das lutas territoriais no sentido de garantir os usos do território e a reprodução de seu modo de vida, uma vez que o Estado vem disciplinando os usos da terra, com vistas à reestruturação dos mercados e a exploração dos recursos naturais, e invadindo terras tradicionalmente ocupadas. A titulação dos territórios quilombolas tem contribuído para a efetivação das conquistas territoriais e resistência dos povos negros. Nesse sentido, analisamos os usos e posse da terra em comunidades rurais negras enfocando o território quilombola de Araquembaua no município de Baião. Objetivamos de forma geral identificar elementos que contribuam para a compreensão de como vem se configurando os usos da terra em Araquembaua ao longo do tempo, principalmente a partir do processo de titulação que ocorreu no ano 2002. O campo revelou que a titulação quilombola produziu transformações que se expressam no ordenamento territorial e nos usos do território.

Palavras-chave: Usos do território, Titulação, Amazônia.

Introdução

Nas últimas décadas, o Estado vem disciplinando os usos da terra com vistas à reestruturação dos mercados e a exploração dos recursos naturais. Para tanto, ele vem demarcando novas fronteiras e invadindo terras tradicionalmente ocupadas pelos povos das florestas e dos rios (ALMEIDA, 2012). A pressão pela terra e o surgimento de outros atores na Amazônia impulsionou, em grande medida, o processo de organização das comunidades rurais negras tradicionalmente assentadas, estimulando a luta pela demarcação e pela legitimidade da posse o que resultou em conquistas significativas nos marcos legais brasileiros.

O artigo 68 da Constituição Federal (CF) de 1988 que trata do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) garante o direito às terras de quilombos, direito este assegurado pela ancestralidade autodeclarada de remanescentes de quilombos no país. Nesse sentido, destacamos especialmente o episódio da titulação coletiva de terras às comunidades

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/Ufpa. Pesquisador do Eduq/UEPA. Email: profgeografiacarlos@hotmail.com

²Mestra em Geografia – PPGeo/Ufpa. Pesquisadora do Eduq/UEPA. Email: carlajoelma@gmail.com

³Especialista em ERER/Ufpa. Pesquisadora do Eduq/UEPA. Email: mayre.mascarenhas@hotmail.com

remanescentes de quilombo promovido pelo Estado do Pará. Conforme indica Treccani (2006) o Pará tomou a frente no processo de reconhecimento da posse dessas terras titulando e beneficiando inicialmente pelo menos 3.080 famílias na Amazônia.

Acreditamos que as comunidades rurais negras tradicionalmente assentadas apresentam uma racionalidade própria e que, muito embora, a produção do espaço amazônico venha obedecendo a lógica do capital e garantindo o primado de territorialidades excludentes, essas comunidades ao longo do tempo demarcam sobre e para além da terra usos típicos, formas de resistência e enfrentamento às políticas de Estado que incidem sobre elas e que as condenam à extinção. A titulação, portanto, representa uma conquista para esses povos (NAHUM, 2011).

Nosso pressuposto estruturador é que a assunção da identidade quilombola é, primeiro uma estratégia de reordenamento territorial a partir dos interesses das comunidades rurais tradicionais. É, também, um símbolo que evidencia a segregação espacial e social na Amazônia rural e demarca a forma como se constituiu/constitui o espaço agrário amazônico. É ainda uma lente que ajuda a dar visibilidade à dinâmica socioeconômica da região, notadamente excludente, onde predominam relações desiguais e contraditórias.

Analisamos os usos e posse da terra em comunidades rurais negras, também chamadas de comunidades quilombolas, enfocando o território quilombola de Araquembaua localizado na região nordeste do Baixo Tocantins no município de Baião/PA pertencente à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá. Ressaltamos que a comunidade materializa ao longo de sua história práticas comuns como a pesca, a caça e a agricultura de subsistência, tendo como uma de suas principais características a relação intensa com os recursos naturais e o rio, relação que é fundante na constituição do espaço amazônico e demarca um modo de vida tradicional.

Objetivamos, de forma geral, identificar elementos que contribuam para a compreensão de como vem se configurando os usos da terra em Araquembaua ao longo do tempo, principalmente a partir do processo de titulação que ocorreu no ano 2002. Procuramos, também, analisar as estratégias de permanência e/ou mudança que foram desenvolvidas pelos sujeitos buscando compreender os impactos da titulação no território.

Este trabalho abraça uma perspectiva metodológica que se propõe a analisar a situação geográfica em questão a partir do pressuposto de que a realidade experimentada pela comunidade atualmente, contem dialeticamente os elementos que ajudam a compreender

como ela se constituiu e o que se pensa dela para o futuro. A análise prima pela compreensão do agora, das condições materiais de existência e das transformações incorporadas nas práticas sociais e espaciais da comunidade ao longo do tempo.

Os dados secundários foram coletados a partir de revisão bibliográfica que nos auxiliou na compreensão das dinâmicas relativas aos diversos usos da terra em comunidades rurais negras tradicionais e contemporâneas. Os dados primários resultam de entrevistas realizadas com moradores e ex-moradores do lugar, contendo perguntas semi-abertas que objetivaram reunir narrativas sobre os usos da terra ao longo do tempo na comunidade, ressaltando as permanências e mudanças a partir da titulação do território quilombola. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2015 e 2017.

O artigo está dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte buscamos caracterizar a comunidade de Araquembaua ressaltando o aspecto do uso da terra. Na segunda parte, analisamos aspectos que representam o surgimento da ameaça acerca da posse da terra e a conquista da terra através da titulação. Na terceira parte procuramos situar a problemática no lugar, compreender os impactos da aplicabilidade dos marcos legais dentro da comunidade analisando os desdobramentos desse processo que se inserem na configuração espacial, no surgimento de novas territorialidades, nas alterações da paisagem e nos usos que se estabelecem no território.

Usos da terra em Araquembaua

A comunidade de Araquembaua está localizada na região nordeste do Baixo Tocantins no município de Baião estado do Pará, Destaca-se em sua paisagem a presença do rio Tocantins como estrada, as imensas árvores que circundam seu território e um trapiche com cerca de 80 degraus que se tornou símbolo da chegada no lugar. Está localizada na zona rural, fazendo frente com a margem esquerda do Rio Tocantins, em uma área patrimonial e territorial que tem como limite as comunidades de Itaperuçu e Baixinha e aos fundos a comunidade de Cupu.

A origem de Araquembaua está associada no imaginário coletivo a duas histórias. A primeira afirma que ela foi a primeira comunidade cristã a ser fundada no município de Baião em 1964. Na época, a igreja também estimulava a organização social dos camponeses colaborando com a formação de associações e com o empoderamento dos moradores. Há

ainda outra versão que aponta para a presença no lugar de uma tribo indígena pequena que tinha como cacique um homem que se chamava *Araquem* casado com uma mulher que se chamava *Baua*. Como o povoado cresceu e necessitava de um nome, os moradores decidiram batizá-lo de Araquembaua em homenagem ao casal de líderes.

Chegar a Araquembaua demanda um esforço relativamente significativo uma vez que o acesso se dá normalmente pelo rio e em barcos de pequeno porte (chamados vulgarmente de pô pô pô pela população local) que, apesar de serem comuns nos rios amazônicos, não conseguem garantir a demanda de deslocamento para o município sede. Outras possibilidades de acesso, no entanto, vêm se configurando mais recentemente, todas relacionadas à abertura de estradas mediadas pela Alça Viária e pela PA 151. No entanto, o percurso pelas estradas não é tão atrativo devido às condições de conservação das vias.

É possível encontrar em Araquembaua atualmente duas escolas de ensino básico, uma que atende o ensino fundamental e outra destinada ao ensino médio, posto de saúde, duas associações – uma de pescadores (Z-34) e uma dos remanescentes de quilombo (ARQIB), uma igreja católica e cinco protestantes, quatro campos de futebol, uma arena esportiva, mercado comunitário, barracão comunitário e três barcos de linha que fazem o sentido cidade/Araquembaua. A comunidade também tem acesso a luz elétrica (conquistada através do Programa Luz Para Todos) telefonia (Oi) e internet (Infonet) e já conta com uma pequena rede comercial.

As seis ruas de Araquembaua e as travessas que aos poucos vão surgindo vêm sendo batizadas com o nome de moradores caros ao lugar, pessoas que se destacaram ao longo do tempo por terem servido como portadores dos saberes locais. Conforme nos indica Gramsci (1979) existem pessoas que não passaram necessariamente pelo banco da escola, mas são reconhecidos pelo seu grupo como intelectuais uma vez que agregam os saberes da comunidade e se tornam referência para ela.

O trabalho vem sendo desenvolvido ao longo do tempo prioritariamente pela unidade familiar. Apenas 2,5% dos moradores conseguiram ingressar no serviço público e prestam seus serviços no local (escolas e posto de saúde), no entanto, o número é insignificante considerando o contingente populacional que já chega a aproximadamente 1.190 habitantes. Na unidade familiar de produção das populações assentadas tradicionalmente nas terras amazônicas se observa a divisão técnica, social, sexual e etária do trabalho marcada notadamente pelo uso pouco expressivo de tecnologias modernas, pela produção voltada

prioritariamente à subsistência do grupo e por dificuldades de integração da produção com o mercado (Nahum, 2011).

Ressaltamos que em Araquembaua terra, trabalho e família estão amalgamados representando um aspecto identitário fundamental na compreensão da dinâmica social dessa comunidade. Portanto, o fazer, o criar, o cultivar e o extrair fazem parte de uma relação que é, ao mesmo tempo, de pertencimento, de reafirmação de identidades, memórias e territorialidades. Relação marcada pelo parentesco, pela solidariedade, por visões de mundo particulares e pelo uso da terra por gerações. De acordo com o nosso entrevistado 1:

Em Araquembaua todo mundo é parente. Quando não é irmão é primo, é primo do primo. Alguns saíram como eu pra estudar, por que não tinha escola, só na cidade e meu pai queria que eu tivesse uma vida melhor. Eu estudei, me formei com nível superior, alguns dos meus irmãos também. Mas a maioria voltou pra casa. Na minha época agente plantava, caçava e pescava juntos e juntos também íamos vender na cidade. O regatão enganava agente. Comprava bem baratinho de nós e depois vendia caro, mas era o jeito. Agente não tinha roupa nem sapato. Tinha que vender, trocar. Mas o resto era muito bom. Agente brincava na rua até tarde, na mata. Aprendia com o pai e os parentes a plantar, caçar e pescar. O rio era nossa estrada, ninguém sonhava com bicicleta, agente queria mesmo era um casquinho. Agora algumas coisas já estão diferentes, Araquembaua cresceu, tem mais gente, tem um pequeno comércio, um monte de igreja, já tem até internet. A caça praticamente desapareceu com a derrubada da mata para a construção de casas e outros objetos, mas a terra pra plantar continua a ser coletiva. Mas o que marcou minha vida ao longo desses 69 anos de idade é a lembrança de um tempo em que tudo era feito coletivamente, em mutirão. Um ajudava o outro na limpeza da terra, na preparação para o plantio para a colheita e todo mundo sabia o que era seu e o que era de todo mundo. Agora já tem muita casa separada, mas a terra, graças associação ainda pode ser plantada por todos. Não tem mais o Convidado (mutirão), mas tem a associação de moradores.

As relações com a terra e o rio, no entanto, extrapolam o domínio das práticas materiais. A terra-território é também o palco das vivências, da expressão dos mitos, da reprodução das lendas, dos hábitos marcados por crenças e credos ancestrais, das festas de santo, das procissões e rodas de batuque. Araquembaua é o lugar dos festejos, das histórias noturnas no trapiche, do Convidado (mutirão) para roça, do samba de cacete, dos rituais religiosos tradicionais, dos encontros de canoa, da pesca, da feitura da farinha de mandioca e dos laços familiares que se estendem por todo o território. Traduz, portanto, a reprodução socioespacial do modo de vida tradicional dos amazônidas que é:

[...] envolvido consigo mesmo, onde as relações sociais que lhes sustentam e estruturam eram predominantemente construídas no entorno, alicerçadas em unidades familiares que cultivavam, produziam, criavam e extraíam do território o necessário para a reprodução de suas vidas (NAHUM, SANTOS, 2015, p. 314).

A sobrevivência deste modo de vida sinaliza expressões de resistência que foram ao longo do tempo e do espaço ganhando formas variadas e garantindo com sua criatividade (La Blache, 2005) a reprodução material e espiritual do grupo marcada pela ancestralidade, pelas práticas de solidariedade, pelos saberes e fazeres cotidianos. As populações assentadas tradicionalmente na terra amazônica construíram técnicas e objetos técnicos que usados individual e/ou coletivamente colaboraram para que o meio geográfico se mantivesse vivo e agregasse as identidades de seus povos. Nas palavras de nosso entrevistado 2:

Quando alguém adoecia as pessoas procuravam a benzedeira. Uma delas era minha tia, mas alguns recorriam à pajelança e a umbanda, até que chegou a Igreja Católica. No começo não tinha padre, era agente mesmo que fazia nossa missa, novenas, procissões. Agente fazia uma festa muito bonita em homenagem a Santíssima Trindade dos Inocentes. Tinha a procissão e depois a nossa festa no barracão. Eram vários dias. Agente chamava umas bandas de outros lugares e alguns dos nossos aprendiam a tocar e a cantar nessa ocasião. Teve um sobrinho neto meu que até fez uma bateria igual a essas das bandas de música, só que com panela e lata. Ele alegrava agente. Vinha muita gente e como não tinha luz agente sentava no trapiche ou embaixo da árvore pra contar histórias. Muita gente tinha visto ou ouvido alguma assombração e nessa hora dividíamos nossas experiências. Mas aí veio o padre e proibiu a festa. Ele veio morar em Araquembaua com o objetivo de ensinar a fé e conter os excessos. Depois vieram os pastores e uma parte da comunidade virou crente. Tinha alguns de nós que faziam barcos. Eram especialistas de achar um pau apropriado. Ninguém tinha estudado, mas conhecia tudo da mata. Alguns faziam remédios com tudo que é planta da natureza e até de resto de animal. Aí veio a luz. Agente queria tanto a energia que vem daqui do lado de Tucuuruí, mas a luz afastou as pessoas. Antes agente tinha uma motorzinho que ligava só em ocasiões especiais, agora tudo é luz e tem seu lado bom. Mesmo assim o trapiche e a árvore continuam reunindo os moradores. Os velhos, como eu com 76 anos, e os jovens. As pessoas continuam acreditando em assombração. Continuam pescando e não recomendam que mulher menstruada atravesse o rio.

Em Araquembaua, portanto, predomina um modo de vida que se reafirma nas suas práticas tradicionais e coletivas para além das transformações impostas pelo tempo e pela força do capital no território amazônico. Ainda são os rios que comandam a vida, ainda se percebe a força do sotaque local, ainda se ouvem expressões únicas, expressões produzidas pelo povo e para o povo. Ainda existe a sinergia do encontro debaixo da árvore e, muito embora, a contação de histórias aos jovens não seja tão atrativa como as redes sociais da internet, elas ainda encantam e agregam as pessoas do lugar em diversos momentos.

[...] apesar da unicidade do processo hegemônico capitalista, os lugares são diferentes e assim reagem às tentativas e tendências homogeneizantes; a ordem local reage aos comandos globais numa espécie de retorno da territorialidade como padrão *societal* da vida cotidiana. E a territorialidade é um novo termo para ressaltar aspectos já pronunciados na noção de gênero de vida (NAHUM, FERREIRA, 2015, p. 83-84).

Os homens continuam levantando pela madrugada para pescar e tomando uma tragada de cachaça para esquentar o corpo. A casa de farinha está ativa, muito embora, dependa quase que exclusivamente dos esforços da comunidade para se manter, uma vez que as políticas públicas que incentivam atividades produtivas são muito ineficientes ou não existem. Construir um barco ainda é um saber que passa de geração em geração. As mulheres ainda sabem (como ninguém mais) produzir remédios e curar seus enfermos mesmo com o acesso ao Posto de Saúde.

Os usos da terra, portanto, definiram no lugar a identidade coletiva, a preservação das práticas do trabalho, a ressignificação e recriação de novas técnicas e objetos. Explicam, em grande medida, as territorialidades que despontam no território e o surgimento de novas configurações espaciais. São esses usos que, historicamente vem sendo ameaçados de extinção, que promovem a compreensão da dinâmica dos povos amazônicos e de suas expressões de resistência. Para sobreviver e para manter a posse da terra diante da ameaça e do medo buscou-se a estratégia, mais uma vez a resistência estratégica que, ancorada nos marcos legais brasileiros, definiu novas possibilidades de posse e preservação da terra ancestral. A titulação de Araquembaua como território quilombola é um reflexo desse processo.

Ameaças aos usos da terra e titulação

A pressão pela posse da terra na Amazônia tem relação com a adoção de políticas nacionais que visavam, entre outros, a integração da região ao restante do país a partir da lógica de desenvolvimento adotada pelos gestores ao longo do tempo. As últimas décadas do século XX foram significativas para a compreensão do que representou esse projeto para as populações amazônicas que tem no uso tradicional da terra e do rio suas expressões de vida garantidas. As práticas tradicionais de trabalho foram desqualificadas e novos arranjos produtivos foram aos poucos sendo inseridos na Amazônia. A terra passou a ser disputada palmo a palmo. Muitos tombaram em conflitos oriundos de questões agrárias; o latifúndio, o agronegócio e o surgimento dos territórios da mineração encurtaram cada vez mais as dimensões territoriais destinadas aos povos tradicionais locais. Em toda a Amazônia a questão da terra passou a representar um grande desafio.

Baião, município em que está localizado o quilombo de Araquembaua, foi o segundo núcleo populacional do Baixo Tocantins, sua origem remonta o final do século XVII. Inicialmente o município fazia limite com Cametá e apresentava enorme extensão territorial, mas aos poucos seus limites territoriais foram flexibilizados originando ao sul, Tucuruí, Breu Branco e Marabá, entre outros municípios e ao norte, Mocajuba, o que incidiu em diminuição de sua área que corresponde atualmente, segundo o IBGE (2010), a aproximadamente 3 758,273 km². O município agora faz limite ao norte com Mocajuba, a leste com Moju, ao sul com Tucuruí e Breu Branco, a oeste com Oeiras do Pará, Bragre, Portel e Pacajá. Nele vivem aproximadamente 36.574 habitantes.

O município de Baião preserva uma trajetória de baixo desenvolvimento econômico e de grandes problemas sociais relacionados a pobreza da população, a ausência de políticas públicas que correspondam aos interesses reais das comunidades que compõe o município, a maioria rurais, a baixa escolaridade de seus moradores, inclusive na sede e, entre outros, o crescimento da violência.

No ano 2000, um processo coletivo de titulação de terras quilombolas foi enviado ao ITERPA (Instituto de Terras do Pará) representando um total de 26 requerimentos de Titulação Coletiva de Remanescentes de Quilombo, entre eles encontrava-se o de Araquembaua e de comunidades próximas como as comunidades de Bailique Centro, Bailique Beira, Poção, São Bernardo, Igarapé Preto, Baixinha, Campelo, Pampelônia, Varzinha, Itaperuçu, Baixinha França, Cupu, Igarapezinho, Teófilo, Carará, Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Paritá Miri e Balieiro, todos no município de Baião.

Em Araquembaua, a demanda pela titulação estava associada exclusivamente ao estabelecimento e garantia da posse da terra. Na localidade assim como no restante da Amazônia, surgiram novos atores, muitos dos quais, representando lideranças políticas e agrárias interessadas na posse da terra. Alguns chegaram a demarcar pedaços de terra amparados por documentos de legalidade questionável. O enfrentamento, porém, a esse tipo de prática se mostrou muito difícil em função do poder de articulação dessas elites junto aos gestores municipais. A possibilidade de titulação da terra, então, se apresentou como uma resposta aos anseios daqueles que temiam perder ao mesmo tempo terra, identidade e vida. Esse encontro com o exógeno é tenso e:

tal contato, não os destrói, pois as civilizações abertas às inovações evoluem, seus gêneros de vida se adaptam e se transformam, se reinventando a cada novo momento histórico e geográfico. Não obstante, tal adaptação não acontece de forma

instantânea ou mesmo tranquila, mas sobre a pressão dos elementos externos e principalmente por uma questão de necessidade de sobrevivência das civilizações (NAHUM, FERREIRA, 2015, p. 86).

Como uma das exigências para a efetivação da titulação estava relacionada a auto-identificação das comunidades como remanescentes de quilombos assentados tradicionalmente na terra, a questão identitária teria que ser forjada através da construção e disseminação de novas práticas e saberes. O surgimento dos quilombos na Amazônia relaciona-se com um tempo histórico em que a resistência a escravidão, a fuga, a busca de uma organização sócio-político-espacial própria e etnicamente marcada pela ancestralidade africana se acentuou no país. Os escravos africanos foram introduzidos na Amazônia no século XVII. Um século depois registros oficiais já denunciavam a existência de quilombos e os esforços dos poderes locais para destruí-los. (Salles, 1971). Os quilombos se espalharam pela Amazônia ocupando normalmente lugares estratégicos onde o difícil acesso era um fator determinante para a garantia da sobrevivência do grupo.

O quilombo materializava, então, a recriação dos modos de vida originais dos povos africanos, simbolizando primeiro a ruptura com o sistema escravista, a resistência a lógica de dominação e, ainda, a recriação dos laços identitários relacionados com as práticas espaciais e culturais que compreendem o uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água como símbolo estruturante (Castro, 2006).

O fortalecimento do movimento negro no país ajudou a intensificar a luta política pelo reconhecimento legal dos quilombos brasileiros e resultou na materialização de uma conquista efetiva. A inserção do artigo 68 do ADCT na CF/88 que trata do acesso à cidadania e à regularização fundiária por parte das comunidades quilombolas suscitou a intensificação dos pedidos de titulação de territórios quilombolas. Demarcar as terras de quilombo representou para estas populações a garantia da posse da terra e como afirma Nahum (2011, p91) à posse da terra colocava-se como necessidade imperativa para a reprodução do modo de vida ribeirinho.

A regularidade da posse da terra estabelece relação direta com a sobrevivência física do grupo e, ao mesmo tempo, rememora a identidade dele. O território é, portanto, o elemento que consolida a identidade étnica afro-brasileira e que perpetua a memória política e cultural dessas pessoas. No caso particular das áreas de quilombo, o território materializa a relação entre os sujeitos e a terra; define os modos de vida, estabelece as relações sociais e é, em si

mesmo, um estruturante social, daí a importância de pensar o que representa um território e de que forma as territorialidades étnicas são construídas e reconstruídas na atualidade.

O reconhecimento de quilombos na atualidade perpassa por uma análise que deve considerar os diversos significados que os territórios étnicos assumiram ao longo do tempo para a população afrodescendente. Compreender o que é um quilombo contemporâneo implica, portanto, em mergulhar em universo de interpretações que consideram, entre outros, a questão da identidade étnica, a questão agrária, o modo de vida e constituição da territorialidade quilombola

O território étnico e, em especial, o quilombola, portanto, tradicionalmente tem sua lógica pautada na integração com a terra, no uso da terra de modo comum como referência simbólica e estruturante. Para o quilombola a terra é um patrimônio cultural que materializa as memórias de lutas e resistências do povo negro. A terra também é o símbolo do modo de vida ligado ao camponês, ao ribeirinho, ao agricultor familiar, ou seja, a terra é o parâmetro real da sobrevivência do grupo e o território é sua maior expressão. O território étnico é, portanto, uma forma viva de resistência à lógica capitalista de estabelecimento de relações de poder e conflito presentes no traçado cotidiano do modo de vida urbano e contemporâneo (Malcher, 2009). É também uma forma de reordenamento invertido.

O reordenamento territorial às avessas das políticas de Estado denuncia um percurso histórico construído na Amazônia que condena as populações tradicionais e seus modos de vida à extinção. Denota ainda que as formas de uso da terra e dos recursos do território têm servido amplamente ao interesse do capital em detrimento da existência de povos, culturas e paisagens. E há ainda a questão da exclusão racial, realidade pouco considerada nos discursos correntes, pois sempre associada às problemáticas sociais, e que recebe um tratamento específico visto que a discussão sobre as identidades étnicas é fundante no processo de reconhecimento do território quilombola.

A redefinição da posse da terra através da demarcação dos territórios quilombolas se dá em um campo que extrapola o domínio social, cultural e étnico, ocorre no campo político revelando o poder de organização das comunidades rurais negras que, amparadas pela possibilidade de reivindicação da ancestralidade comum e compartilhada, passaram a lutar sistematicamente para garantir essa conquista, muito embora, venham enfrentando retaliações que se expressam nas políticas oficiais de reorganização do território na Amazônia. Compreender a dinâmica dos quilombos pode representar uma nova possibilidade de

interpretação do que é ser quilombola na atualidade e do que representa na Amazônia a existência de um quilombo contemporâneo.

Nesse sentido, a titulação do território quilombola de Araquembaua representou uma série de conquistas. Primeiro por que garantiu a posse da terra, depois por que inaugurou um processo político que vem fomentando a organização de outras lideranças entre a comunidade, práticas culturais diferenciadas e demandando outras necessidades ao grupo. No entanto, as memórias da comunidade revelam conflitos com relação à assunção da ancestralidade negra. De acordo com nossa entrevistada 3:

Agente ficou sabendo lá pelo Igarapé Preto que um grupo do movimento negro, o CEDEMPA vinha se reunindo com várias comunidades e falando dos benefícios da titulação quilombola. Mas era preciso fazer um estudo, um documento, pra garantir que isso seria possível. Muita gente não queria por que não ia mais ter a chance de vender a terra se fosse preciso, outros achavam que iam ser chamados de pretos, de quilombolas e sofrer preconceito. Os mais antigos diziam que os pretos só viviam mesmo lá pro lado do Igarapé Preto e do Umarizal e que ali em Araquembaua só tinha uma família de preto bem antiga. Mas, a maioria acabou convencida de que agente ia poder garantir a terra e ao mesmo tempo receber os benefícios do governo federal, tipo cota pra entrada de estudantes nas universidades, apoio para o plantio, presença de técnicos, melhoramentos na estrutura de Araquembaua. Aí conseguimos com a ARQUIB a titulação em 2000, mas não conseguimos muita coisa. Agente tem agora um posto de saúde, tem mais uma escola e alguns jovens conseguiram passar no vestibular com as cotas, mas não mudou muita coisa não. Da tradição dos pretos que agente sabe que tem só mesmo o samba de cacete que nós sempre brincamos por aqui, mas agora a maioria virou crente e até isso ficou difícil.

A titulação, portanto, garantiu a essa comunidade alguns ganhos, mas não alterou os traços do modo de vida baseada em tradições ribeirinhas e camponesas, isto é, a reivindicação do direito à terra de ancestrais “estrutura a argumentação sobre outros direitos: a afirmação étnica, o território de uso comum, enfim, a reprodução de sua constituição como grupo agro-extrativista” (CASTRO, 1998, p.12-13).

Um olhar mais atento, porém, revela um tecido cultural mesclado com tradições africanas que se expressa nas manifestações religiosas e culturais do grupo. Salles (2005) revela que desde o século XVII já se encontravam na região onde hoje fica Baião, vários povoados ao longo do curso dos rios habitados por negros fugidos. Os documentos da época relatam o quanto foi difícil para as autoridades locais ter acesso a esses povoados e depois agir no sentido de destruir esses quilombos. Portanto, a presença negra na região não é uma novidade, muito embora algumas das localidades tenham essa memória mais preservada do que em Araquembaua.

Ressaltamos que, para além das conquistas imediatas, a comunidade vem enfrentando uma diversidade de questões relativas à assunção da nova identidade, junto com ela outros desafios se colocam cotidianamente e revelam a complexa rede de relações e conflitos que foram resultando dessa nova realidade geográfica, na qual:

a reivindicação maior é o reconhecimento e demarcação de suas terras. Campo de luta no qual se movimentam com ações de duplo sentido: afirmação identitária e reconhecimento legal das terras herdadas dos ancestrais. O reconhecimento dos lugares ocupados na história do grupo permite refazer dimensões específicas de ser e existir enquanto camponês e negro. O território é fundamental à reprodução de sua existência e a manutenção de sua identidade (CASTRO, 1998, p.12-13).

De ribeirinhos a quilombolas compreender o que mudou e o que permanece é aquilo que se coloca hoje como grande desafio. Um desafio que busca entender o que significa ser um quilombo na atualidade e, para além disso, entender o que é ser um quilombo em Araquembaua.

O território quilombola de Araquembaua

A titulação do território quilombola em Araquembaua foi um evento capaz de alterar algumas dinâmicas culturais importantes para a comunidade e de definir novas configurações políticas, sociais e espaciais no lugar. “Na verdade, os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características” (SANTOS, 2009, p.146). Uma questão, no entanto, se colocou desde o princípio como um desafio a ser enfrentado – a assunção da ancestralidade étnica africana. “Por isso, a cada novo acontecer as coisas preexistentes mudam o seu conteúdo e também mudam sua significação” (SANTOS, 2009, p.146).

Até então as memórias do grupo estavam atadas a informações que associavam a origem da comunidade a uma ancestralidade indígena e/ou religiosa de tradição católica. Mas não são somente. Os usos do território no quilombo de Araquembaua demonstram que a comunidade desenvolveu estratégias de permanência assentadas em práticas tradicionais como a pesca, a caça e a agricultura de subsistência. Também revelam que a demarcação territorial foi feita a partir destes usos o que enquadra a comunidade de Araquembaua nas características das populações rurais que tem o uso tradicional da terra como traço comum.

O território usado em Araquembaua é portador, portanto, de uma identidade que indica que os usos da terra não são homogêneos e sinalizam relações de conflito, resistência e antagonismo em relação a assunção da identidade étnica quilombola. Mais que isso. A partir daquilo que discute Lifschitz (2006) pensamos que Araquembaua talvez se enquadre na condição de neocomunidade, uma vez que parte significativa das experiências vividas pelo grupo resulta de dinâmicas recentes de revalorização do território a partir de interesses exógenos motivados por um evento propulsor e/ou ainda por agentes modernos. Nas palavras do nosso entrevistado 4:

Eu fui o último a sair de Araquembaua. Fiquei pra ajudar meu pai na roça e na pesca. Os outros mais velhos foram todos pra Baião ou pra Belém pra poder estudar por que na época não tinha escola pra gente. Quem me alfabetizou foi minha irmã que também não saiu por que se casou com um dos nossos e ficou por lá dando aulas pra criançada. Mas a minha maior professora foi a mata. Eu era o melhor caçador da região. Quando era época de fome, de pouco peixe, o jeito era entrar na mata e caçar. Muita gente dizia que agente vivia que nem índio tirando da mata tudo que precisava pra sobreviver e depois repartindo com o grupo. Mas era isso mesmo. Agente trabalhava junto, aprendia junto e dividia o fruto, a caça e a pesca. Hoje não moro mais lá. Vim pra Belém pra poder educar meus filhos e dar pra eles uma vida melhor, mais chance. Quase todos se formaram e agora meus netos também já estão na faculdade. Em Belém virei pedreiro. Depois mestre de obra. Era bom caçador e virei bom mestre de obra. Mas Araquembaua continua sendo o meu lugar. Tenho casa lá da família. Parentes por toda parte. Só que agora as coisas mudaram. O povo virou quilombola! O movimento negro veio lá e convenceu todo mundo a virar quilombola pro povo não perder a terra. Virou terra de preto, antes era só o Igarapé Preto e o Umarizal que tinham pretos. Eu sou meio preto, mas sempre soube que meus antepassados eram índios.

Outra expectativa associada a titulação do território quilombola tinha relação direta com a possibilidade de efetivação de ações por parte do governo federal para beneficiar o desenvolvimento das atividades produtivas dos agricultores e pescadores. O que infelizmente não aconteceu. Mais que isso, a semelhança do ocorrido em outras localidades que também foram tituladas (Nahum, 2011) a efetivação da titulação não veio acompanhada de ações capazes de impulsionar as atividades rurais do lugar.

A atividade de pesca, por exemplo, sofreu desde a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, uma alteração profunda no ritmo de produtividade. Nunca havia sido de grande porte, mas dava conta de abastecer o grupo e de garantir um excedente que servia como moeda de troca por carne, tecidos e remédios. Mas a contenção da água diminui a quantidade de peixes no rio e fez com que muitos pescadores abandonassem definitivamente a atividade migrando para as cidades para trabalhar em serviços assalariados. Foi um momento de grande crise para os moradores.

A pressão sobre a terra e a demarcação feita de forma aleatória com características de concentração fundiária influenciou também a dinâmica da caça, fonte de subsistência para muitos moradores. Com a destruição da mata a caça foi ficando rara e demandando por parte do grupo o acesso ao mercado de carne no centro do município. Associam-se a necessidade do alimento os gastos com transporte e permanência no centro de Baião, uma vez que os barcos se deslocam para lá pela manhã e só retornam a noite.

O surgimento do pequeno comércio evidencia uma mudança importante nas práticas culturais do lugar. Hoje Araquembaua conta algumas lojas de varejo, confecções, bares, mercado de peixe. Antigamente o comércio era com base na troca o que se recebia em dinheiro era fruto da negociação de dois produtos locais da época, o látex da borracha e a castanha do Pará.

No campo político também se percebe transformações importantes. A igreja católica foi a primeira a impulsionar as lutas e as conquistas sociais dos moradores. Em seguida a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baião e a efetiva militância política do Partido dos Trabalhadores (PT) na localidade, resultaram no surgimento de um novo engajamento da comunidade nas lutas sociais. A entrada do movimento negro foi, sem dúvida nenhuma, um marco nessa nova configuração política. O surgimento da ARQUIB celebra esse processo.

No entanto, apesar dos avanços em alguns aspectos da organização social, política e econômica da localidade, muito há que se conquistar. Ainda ocorre uma intensa migração da população jovem em direção às cidades mais próximas em função da falta de estrutura adequada para a permanência das famílias na comunidade com a qualidade de vida que se almeja. A titulação somente não conseguiu imprimir as transformações sonhadas pela comunidade, visto que precisa ser acompanhada de outras ações capazes de dar forma e substância a condição reconhecida de Araquembaua como comunidade rural negra.

Considerações Finais

Buscamos durante o trabalho compreender como os usos da terra se configuraram ao longo do tempo em Araquembaua, destacando principalmente os rebatimentos provocados pela titulação que transformaram o lugar em território quilombola emprestando-lhe uma feição de comunidade negra rural amazônica.

Utilizamos os relatos de moradores e ex-moradores do lugar para tentar compreender como essas novas dinâmicas se desenharam no território usado e vislumbramos a metamorfose tímida que, aos poucos se configura no crescimento da comunidade, no surgimento de novos objetos geográficos, no despontar de lideranças alternativas, no desenvolvimento de novas territorialidades. Percebemos, porém, que na contramão das mudanças, resiste a cultura, resiste a relação com o rio e com a mata, resiste a preservação da unidade produtiva familiar como condutora das práticas de sobrevivência do grupo.

Ainda percebemos que os usos do território, a época da titulação, não eram homogêneos sinalizando conflitos em relação a assunção da identidade étnica africana e que, predominava no imaginário da comunidade a ancestralidade indígena, ribeirinha e cabocla. Mas aos poucos o grupo revisita a ancestralidade negra e isso resulta de um processo de adensamento da interlocução entre diversos agentes exógenos ao território, entre eles, o movimento negro urbano, representantes do movimento negro rural, de cientistas da UFPA e da mobilização política interna.

Também percebemos que a titulação representou uma conquista para a comunidade por que reduziu o avanço e a pressão sobre a terra, garantindo a posse do território, a preservação da identidade e da vida. Hoje a positividade da política, ainda longe de representar a totalidade da eficácia pretendida, é reconhecida e estimula o aquilombamento do grupo.

A intensificação das mobilizações, da participação nas associações quilombolas, nos encontros que reúnem os moradores dos quilombos do Baixo Tocantins e do Pará, em geral, e o diálogo com as interfaces da política pública, tem colaborado para consolidar o processo de aprendizado do que representa ser um quilombola em um quilombo contemporâneo na Amazônia.

O território quilombola tem muito a ensinar e a aprender. Camponeses na dimensão social e política, os quilombolas tem especificidades em seu campo de lutas que incorpora, entre outras, a dimensão cultural, étnica e racial dos povos negros rurais. A identidade territorial desdobra-se nos traçados territoriais, nas práticas espaciais, nas territorialidades que despontam exibindo novas dinâmicas e incorporando novos projetos.

Referências

- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 2012. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr.
- Brasil. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil.
- CASTRO, Edna Maria Ramos. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do NAEA** N° 092. Belém, 1998. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/239>. Acesso em: 08 Jan. 2017.
- Castro, Edna. 2006. Terras de preto entre rios e igarapés. In: **Belém de Águas e Ilhas**. Castro, Edna (Org.), Belém: CEJUP, p. 137-160
- Gramsci, Antonio. 1979. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio De Janeiro, Civilização Brasileira.
- La Blache, Paul Vidal de. 2005. **I Geografia Geral**. Os gêneros de vida na geografia humana. Geographia. Niterói (RJ), Vol. 7, n. 13. pp. 113-130.
- Lifschitz, Javier Alejandro. 2006. Neocomunidades, reconstrução de territórios e saberes. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Julho-dezembro, p. 67-85.
- Malcher, Maria Albenize Farias. 2009. Identidade quilombola e território. **Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação**. Belém, 21 a 25 de jan. pp. 399-421.
- Nahum, João Santos. 2011. De ribeirinha a quilombola: dinâmica agrária de comunidades rurais na Amazônia paraense. **Campo Território: revista de geografia agrária**, v. 6, n.12, p. 79-103
- NAHUM, J. S; FERREIRA, L. S. G. Caminhos e descaminhos da noção de gênero de vida na geografia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 02, n. 01, p. 79-96, jan./jun. 2015b. Disponível em: <http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/1232-ihgp/v02n01/12963-caminhos-e-descaminhos-da-nocao-de-genero-de-vida-na-geografia.html>. Acesso em: 08 Jan. 2017.
- NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia paraense. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, V.11, n.15, jan-jun.2015c. p. 309-331.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp. 2009.
- Reis, Porfírio de Paula. 2013. **Alfabetização e Letramento na formação cultural da comunidade de Araquembaua, Baião/PA**. Trabalho de Conclusão de Curso. UFPA.

Salles, Vicente. 2005. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**. IAP, Belém.

Tocantins, L. 1961. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.